Titulo: Planejamento Familiar: esterilização cirúrgica e suas implicações para a saúde pública

Aluno: Willian Marcus Oliveira

Orientadora: Vera Lúcia Dorigão Guimarães

### Introdução:

O planejamento familiar (PF) é um direito de mulheres e homens e está amparado pela Constituição Federal, em seu artigo 226, parágrafo 7°, e pela lei 9.263, de 1996, que o regulamenta (PIERRE, CLAPIS, 2010). Atualmente, as equipes do Programa Saúde da Família (PSF) oferecem assistência ao planejamento familiar (SANTOS, FREITAS, 2011). As orientações sobre os métodos contraceptivos são de fundamental importância, pois possibilita ao paciente autonomia na escolha (MOURA, 2003)

De acordo com dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS, 2008), com dados de 2006, 81% das mulheres vivendo alguma forma de união utilizavam anticoncepcionais. A esterilização feminina é método mais utilizado (29%), seguido pela pílula (25%) e pelo preservativo (12%). A vasectomia (5%), hormônios injetáveis (4%) e Dispositivo intrauterino (DIU) (2%) ainda apresentam uma prevalência baixa, comparada aos demais métodos contraceptivos. A taxa de arrependimento entre as mulheres brasileiras esterilizadas, segundo Vieira (1998), já foi estimado entre 11% e 15%.

Um caminho mais rápido e eficaz de reduzir as esterilizações e taxas de arrependimento seria a ampliação do acesso aos serviços de saúde, bem como a utilização de profissionais experientes e capacitados nos serviços de aconselhamento (BARBOSA, LEITE, NORONHA, 2009). A partir disso, o presente estudo é importante tendo em vista a elevada prevalência de esterilização, mesmo com a existência de métodos contraceptivos reversíveis e tão eficazes quanto à esterilização. Na maioria dos casos não é possível garantir o retorno à fertilidade, dificultando o desejo de nova gestação em caso arrependimento.

## **Objetivos:**

**Objetivo Geral:** O objetivo do estudo será reconhecer as deficiências da assistência oferecida no planejamento familiar, bem como identificar a importância da equipe da Atenção Primária à Saúde (APS) no momento da escolha do método contraceptivo.

# Objetivos Específicos:

- 1. Discutir o projeto com os profissionais da Unidade de Saúde da Família (USF);
- 2. Identificar as deficiências no planejamento familiar; e
- 3. Capacitar os profissionais responsáveis pelo planejamento familiar

### Método:

Local: Estratégia Saúde da Família (ESF) Sá Catarina. Município de São Vicente-SP.

Público-alvo: mulheres e homens em idade reprodutiva.

Participantes: profissionais que atuam na APS

#### Ações:

- 1. Divulgação do projeto na unidade;
- 2. Participação ativa da equipe da USF nas reuniões sobre planejamento familiar;
- 3. Capacitação dos profissionais para assistência em planejamento familiar;
- 4. Elaborar uma cartilha educativa, abordando as possibilidades contraceptivas, ampliando as informações sobre métodos anticoncepcionais reversíveis; e
- 5. Aplicar questionário para aqueles que decidiram iniciar o planejamento familiar.

**Monitoramento/Avaliação:** Realizar um comparativo entre desejo inicial manifestado pelos pacientes e opção adotada após participação do planejamento familiar.

**Resultados esperados:** O presente estudo pretende conhecer o perfil da população adscrita, definindo os principais parâmetros na escolha do método contraceptivo, avaliando a importância do acesso à informação fornecido pelo planejamento familiar no momento da escolha do método contraceptivo. Espera-se que a novas estratégias adotadas na unidade indiquem que o planejamento familiar contribuiu para redução da escolha pelos métodos definitivos, bem como nas taxas de arrependimento.

#### Referências

BARBOSA, L. F.; LEITE, I. C.; NORONHA, M. F. *Arrependimento após a esterilização feminina no Brasil.* **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, v. 9, n. 2, p. 179-88, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1519-38292009000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 05 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher**: relatório. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

MOURA, E.R.F. Assistência ao Planejamento Familiar na perspectiva de clientes e enfermeiros do programa de saúde da família. [Tese de doutorado]. Fortaleza (CE): Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará; 2003. 136 p.

PIERRE, L. A. S.; CLAPIS, M. J. *Planejamento familiar em Unidade de Saúde da Família*. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 18, n. 6, p. 1-8, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n6/pt\_17.pdf. Acesso em: 05 de dezembro de 2016.

SANTOS, J. S.; FREITAS, P. M. *Planejamento familiar na perspectiva do desenvolvimento*. **Ciênc saúde coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1813-20, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php? script=sci\_arttext&pid=S1413-81232011000300017. Acesso em: 05 de dezembro de 2016.

VIEIRA, E. M. Arrependimento *após a esterilização feminina*. Cad. **Saúde Pública**, v. 14, p. S59-68, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-311X1998000500015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 05 de dezembro de 2016. (Supplement 1).